

MANIFESTO AOS ECONOMISTAS DO BRASIL

Tadeu Cordova Borges
www.tcborges.ecn.br

Embora possa parecer, este trabalho não é uma manifestação de exibicionismo, nem um protesto político, ou um desabafo descontrolado. Ele resulta de um dever de consciência de quem, há 22 anos, debruçou-se em estudos da realidade econômica do país, longe dos conceitos tradicionais, das opiniões comuns, das teorias em vigor e dos preceitos generalizados.

A situação econômica do Brasil é, no mínimo, polêmica. Não apenas na classe política, mas também no meio dos profissionais da economia, as divergências são múltiplas e profundas.

A categoria profissional do economista brasileiro não está bem reputada, tanto no Brasil como no exterior. No exterior a revista inglesa “The Economist”, periodicamente, afirma que “o Brasil é um país bêbado, não doente”. Se o nome da revista fosse “The Advocate” suporia estar se referindo aos advogados: se fosse “The Doctor” a suposição refluiria para a medicina: caso o nome fosse “The Engineer” pensaria se tratar de uma crítica à engenharia nacional. Com o nome que ela leva, tenho certeza, trata-se de uma contundente crítica à situação econômica do país.

Internamente as críticas proliferam, partindo de um brilhante homem público e de negócios, um intelectual, dois jornalistas e, até mesmo, de economistas. Por ocasião do falecimento de Walter Moreira Salles, Luis Nacif escreveu artigo em sua homenagem onde registrou que ele pretendia transformar a casa Marques de São Vicente em uma fundação para formar “advogados e administradores, e nenhum economista”. Segundo Paulo Nogueira Batista Junior, o brilhante cronista Nelson Rodrigues dizia que tinha pela categoria dos economistas um “divertido horror”. Já Helio Fernandes, editor chefe da Tribuna da Imprensa, afirma que 85% dos economistas merecem ser condenados à prisão perpétua e, depois de cumprida esta pena, merecem ser fuzilados. Dentre os economistas, Paulo Guedes afirmou, em 1988, no programa “Henry Maksoud e Você”, que 95% dos economistas brasileiros não entendem de economia. E, finalmente, Mario Henrique Simonsen propôs a substituição dos economistas pelos psiquiatras no trato da sinistrose botocuda. Kenneth Boulding, em *Reconstrucion of Economics* (1950), já advertia: “os economistas vão acabar perdendo os empregos para os engenheiros e advogados”. E Joelmir Betting, nem sempre tão brilhante, desta vez conclui

com maestria: “se antes os economistas não tinham idéia da solução, agora já perderam a noção do problema”.

Das críticas formuladas a nossa categoria a de Kenneth Boulding já foi confirmada, pois no Brasil contemporâneo já perdemos o principal cargo, que em princípio é reservado a um economista, para um médico sanitarista, que, no exercício da função, tratou com prioridade o travamento da economia e foi recompensado pela Rede Globo como figurante de pesquisa de opinião, como opção petista para a corrida presidencial de 2006. A revista Época e também a Veja, antes da escolha do ministério pelo presidente eleito em 2002, publicaram matérias defendendo a indicação de Antonio Palocci Filho para ministro da Fazenda. Numa das audiências a que compareceu no Congresso Nacional, em fins de 2005, o ministro confidenciou que chegou ao ministério sem conhecer coisa alguma de economia. Lá mesmo, no Congresso, ele declarou que sofria perseguições políticas, inclusive por parte d’ “essas ervilhas me perseguem há mais de quatro anos”. Por outro viés, sabe-se que Palocci esteve foragido de Ribeirão Preto pois poderia receber voz de prisão se lá comparecesse, mesmo gozando de foro privilegiado.

Portanto, colegas economistas, a falta de personalidade e caráter de nossa categoria, como um todo, leva-nos a perder até para um médico sanitarista, desprovido de caráter, que chega a ser perseguido por ervilhas e, após deixar a prefeitura de sua cidade, torna-se um foragido.

A nossa falta de caráter e personalidade abre espaço para que um cidadão brasileiro, que cursou apenas os quatro primeiros anos do ensino básico, mais um curso técnico de torneiro mecânico, detesta leitura, torne-se um professor de economia. Afinal, nosso presidente não aplica um tom professoral em seus pronunciamentos sobre economia?

O Brasil detém a quinta maior área do planeta, sem considerar que é a mais rica, atrás da Rússia, Canadá, China e Estados Unidos. Temos também o quinto contingente populacional, atrás da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Sabendo que os Estados Unidos com a quarta área do planeta, e a terceira população, é a maior potência econômica, o Brasil, que está imediatamente atrás em área e com intervalo apenas da Indonésia em população, teria e tem condições de ser a segunda economia do mundo. No ranking do Banco Mundial o Brasil figurou em 14. lugar em 2004 e 10. em 2005/2006. A posição de 2004 julgamos mais correta, porquanto o avanço de quatro posições decorre da desbitolada política cambial. Nesta consideração veremos que nossos vizinhos, a seguir, são, Rússia, Holanda, Suíça, Bélgica e Suécia. Excluindo-se a Rússia, devemos concluir que

estamos navegando entre economias que detém áreas e populações insignificantes se comparadas às nossas. Holanda, Suíça e Bélgica tem áreas de terra que equivalem a menos de 1% do território brasileiro. Nenhum deles tem população equivalente a 10% da brasileira.

Segundo Jeffrey Sachs, o índice de crescimento que obtivemos em 1973, de 13,97% é o mais alto já conhecido no mundo. De 1981 até hoje, o Brasil está colocado entre os países que menos crescem no mundo, e se excluirmos os anos excepcionais de 1985 – da volta dos civis ao poder - e 1986 – ano do primeiro choque anti-inflação – nunca chegamos à metade do crescimento experimentado em 1973. Ainda no período 1981/2005, o crescimento da renda per capita é inferior ao obtido em único ano, o brilhante ano de 1973. No Brasil contemporâneo, as fases de maior expansão da economia, e a de maior contração, foram administradas pelo mesmo ministro, Antonio Delfim Netto, num curto espaço de quinze anos. A mudança de metodologia nas contas nacionais, aplicada pelo IBGE neste ano, repercutiu com aumento de 2,7% no índice absoluto e de 1,78% na renda per capita. Este percentual é maior que o obtido em treze dos similares anuais do período 1981/2005 e em quinze quando medidos pela renda per capita.

No crescimento econômico verificado no período de 1990/2003 somos o último colocado entre as maiores economias do planeta. Enquanto México e China praticamente triplicaram seus PIB, nosso crescimento foi de país desenvolvido, tendo alcançado 34%, inferior ao do Canadá (39%) e Japão (50%). Se medido pela renda per capita, China e México lideram com quase 200% de crescimento, e permanecemos em último com míseros 11% inferior aos 37% do Canadá, 43% da Alemanha e 44% do Japão.

Nossa omissão enseja que as maiores atrocidades sejam praticadas no campo da política monetária, por exemplo. No mundo desenvolvido, o recolhimento compulsório tem sua maior taxa nos Estados Unidos, aonde chega a 10% (dez por cento) quando os depósitos superam os US\$ 52 milhões. Abaixo disso as taxas são de 0% até US\$ 4 milhões, e 4% (quatro por cento) no intervalo entre US\$ 4 e US\$ 52 milhões. Em todos os demais países desenvolvidos e outros países latinos, Chile e Argentina, por exemplo, as taxas são ínfimas (inferiores a 4%). No Brasil, o compulsório sobre depósitos à vista anda na casa de 45% (quarenta e cinco por cento), mas já andou em 100% (cem por cento) quando, inclusive, criou-se uma tarifa especial, e criminosa, que incidia sobre empréstimos.

No campo dos juros, entretanto, é que constatamos as maiores monstruosidades. Com o decisivo apoio da mídia, capitaneada pela Rede

Globo, estamos embriagadamente convencidos que os juros altos são indispensáveis e benéficos para o país, pois evitam o crescimento da inflação. Devemos atentar, contudo, que ao longo dos últimos vinte e seis anos, os juros altos provocaram a estagnação econômica, o desemprego, o aumento da carga tributária, uma criminosa desestatização e a escalada da violência.

No início de 2005, o PMDB considerou a possibilidade de lançar candidatura própria nas eleições presidenciais de 2006. Encomendou então, ao economista Carlos Lessa, um programa para ser apresentado a sociedade brasileira. O trabalho do economista foi demonstrado na abertura do XVI Congresso Brasileiro dos Economistas, realizado em Florianópolis (SC), de 04 a 07 de outubro de 2005. Ali, com inúmeras referências ao então Secretário do Tesouro Joaquim Levy, o economista Lessa demonstrou não haver relação alguma entre inflação baixa e juros altos.

A propósito da relação juros altos e inflação é oportuno registrar o depoimento de candidato a presidente do Banco Central, quando sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Assim se pronunciou o candidato: “Há exemplos bem controversos de sucesso, a manutenção pelo Federal Reserve, por exemplo, durante muito tempo, de taxas de juros muito baixas. As taxas de juros americanas chegaram a 2,5%. Isto era absurdamente baixo, mas certamente correto dentro do pressuposto que a economia americana enfrentava naquele momento – pressões inflacionárias – e interessava a reativação”.

O que segura a inflação no Brasil é o arrocho no poder aquisitivo da população como um todo, e Pedro Malan é testemunha disso. O primeiro mandato de FHC foi marcado pela sobrevalorização do câmbio, também chamada de populismo cambial. Tanto nas declarações domésticas, como nas duas voltas ao mundo que precisou dar, por ocasião das crises do sudeste asiático, em 1997, e da Rússia, em 1998, o ministro Malan sempre descartou, com veemência, a desvalorização da moeda. Afirmava o ministro que experiências semelhantes, ocorridas em outros países, demonstravam que para cada ponto percentual de desvalorização, sobravam dois de inflação. No dia 19.01.1999, na sede do FMI o ministro falou com jornalistas, seis dias após a desvalorização brasileira, imposta por FHC a contragosto do ministro. Questionado como se comportaria a inflação, Malan descartou afirmando que “faltaria renda no país para sustentar uma alta nos preços”.

Finalizando a contestação de relação entre juros altos e inflação baixa, deixo a comprovação de íntima relação entre juros altos e inflação

alta. Nos estertores do Governo Sarney o Brasil viveu um período de alta inflação, principalmente quando se vislumbrou a vitória de um imprevisível Fernando Collor. Tal qual um pecuarista criador de bezerras, o então ministro Maílson da Nóbrega quis garantir ao setor banqueiro uma – talvez-última mamada e garantiu-lhes uma polpuda remuneração. Se verdadeira a premissa do enrustido Henrique Meireles, os juros estratosféricos que vivemos naquele período deveriam ter extirpado a inflação. Ao contrário, eles produziram o mais alto índice inflacionário que este país já conheceu. As taxas de inflação foram, no período novembro/89 a junho/90, sob quatro óticas:

	IGP-DI	IGP-M	IPC (IBGE)	IPCA (IBGE)
11/1989	44,27	40,48	41,42	47,82
12/1989	49,39	47,13	53,55	51,50
01/1990	71,90	61,46	56,11	67,55
02/1990	71,68	81,29	72,78	75,73
03/1990	81,32	83,95	84,32	82,39
04/1990	11,33	28,35	44,80	15,52
05/1990	9,07	5,93	7,87	7,59
06/1990	9,02	9,94	9,55	11,75

Fonte: www.debit.com.br

Os dados acima servem para demonstrar o frenético comportamento da inflação brasileira. Em quatro meses ela praticamente duplicou em todos os índices e, ao final, em um único mês, ela chegou a registrar queda de até 86%. O fato gerador destes índices de inflação foi, indubitavelmente, o mercado financeiro, capitaneado pela taxa “over” e comandado pelo Banco Central do Brasil.

As taxas anuais do “over”, máximas e mínimas, mês a mês, no período nov./89 a abr./90, foram as seguinte:

	Mínima	Máxima
Novembro/89	13.600,17	18.660,88
Dezembro/89	23.971,77	115.334,03
Janeiro/90	20.469,13	97.138,30
Fevereiro/90	141.597,24	790.799,15
Mar/90 1.a Quinzena	93.779,62	135.155,75
“ 2.a Quinzena	350,41	351,91
Abril/90	44,19	116,69
Maio/1990	79,31	100,79
Junho/1990	112,73	261,57

Fonte: Banco Central do Brasil.

Bertoldo Brecht afirmou que o pior analfabeto é o analfabeto político. Diz um ditado que o pior cego é aquele que não quer ver. Contrariando Bertoldo Brecht e concordando com o ditado popular, afirmo que o pior analfabeto é aquele que não quer aprender. Creio que o que está acima apresentado demonstra, de forma inequívoca, a relação entre juros altos e inflação alta.

O Banco Central do Brasil foi criado pela Lei 4.595, de 31.12.1964. Nos primeiros quatorze anos de sua existência, tendo em vista sua incipiência, o crédito bancário foi dominado pela conta movimento do Banco do Brasil, ocasião em que o país viveu o chamado “milagre brasileiro”. A conta movimento sofreu um terrível golpe em novembro de 1978, quando deixou de cobrir as operações de investimento agrícola. A partir daí ela ficou sangrando até ser finalmente extinta, nos preparativos do Plano Cruzado em janeiro/1986. A grande mídia, de forma criminoso, não abre espaços para que se fale a verdade sobre a conta movimento. Só é permitida a veiculação de críticas a ela. Merece registro um depoimento do ex ministro Antonio Palocci, no Congresso Nacional, que afirmou que o grande feito do governo Sarney foi à extinção da conta movimento. No entendimento do signatário o governo Sarney merece encômios pelo obstinado esforço para conter a inflação, que ganhou força no seu mandato. Foram quatro planos econômicos, Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão, contra dois no governo Collor, Plano Collor e Collor II, e dois no governo Itamar, Plano de Ação Imediata e, finalmente, o Plano Real.

No aspecto da abundância, a conta movimento assemelhava-se ao crédito direto ao consumidor dos dias de hoje. A diferença residia na finalidade. Enquanto a conta movimento injetava no setor produtivo, o CDC é voltado apenas para o consumo.

Conforme foi mencionado no início deste documento, ele não é político, muito menos partidário. A crítica que faço aos tucanos decorre de sua prática política. Quando foi fundado o PSDB, em junho de 1988, havia seriedade no ninho tucano. Debruçados em análises sobre a conjuntura econômica nacional, concluíram que uma das reformas necessárias ao país seria a reforma do sistema financeiro. Seis anos depois de fundado o partido ganhou as eleições presidenciais e ficou oito anos no poder, e em vez de reformar o sistema financeiro, instituiu um programa criminoso de fortalecimento do sistema, o malfadado PROER.

Há muitas maneiras de demonstrar a deformação do nosso sistema financeiro, mas a melhor delas é, no entendimento do signatário, a exposição dos agregados monetários, posição em agosto de 2007, a saber:

M 1 – Depósitos à vista e meio circulante	168.230 milhões
Depósitos para investimentos	3.205 “
Depósitos de poupança	212.830 “
Títulos privados	311.433 “
M 2	695.698 “
Quotas de fundos de investimentos	773.560 “
Op. Compromissadas com títulos federais	40.017 “
M 3	1.509.275 “
Títulos federais (SELIC)	259.695 “
Títulos estaduais e municipais	23 “
M 4	1.768.993 “

Fonte: Banco Central do Brasil.

Conforme se pode notar, o dinheiro que move a economia, equivale a apenas 9,5% do total dos haveres monetários existentes no país. O restante está paralisado no sistema financeiro, auferindo rendimentos mais caros do mundo, e onde o maior pagador de juros é o Tesouro Nacional.

Um trabalho ousado, como este pretende ser, não pode se omitir e deixar de comentar a polêmica política cambial brasileira. Não sei qual adjetivo é mais qualificativo para o problema do câmbio brasileiro na atualidade. Adoidado, alucinado, anacrônico, anômalo, desbitolado, esquizofrênico, frenético, histérico, maluco, traiçoeiro, tresloucado são alguns dos adjetivos que bem retratam a qualidade de nossa realidade cambial.

Alguns analistas, economistas e operadores do mercado de ações traçam análises comparando o mercado de câmbio com o de ações. Pecam pela falta de conhecimento do assunto ou pela falta de um mergulho mais profundo em sua análise. O mercado acionário é o cassino do setor produtivo. Todo ser humano nasce com a índole da aposta, em menor ou maior grau, e aqueles que se dedicam ao setor produtivo encontram na bolsa de valores o ambiente para testar seus prognósticos. Os valores que transitam pela bolsa representam a parcela insignificante das empresas, eis que seu controle acionário nunca entra no jogo. As parcelas dos acionistas minoritários não importam aos majoritários se pertencem a João, José ou Manoel. Mesmo assim suas transações são regidas por lei, a Lei 6.404/76, e instruções emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que regula e fiscaliza o mercado acionário. O complexo conjunto de normativos- as instruções CVM – determina os casos em que os dirigentes das companhias de mercado aberto são obrigados a veicular na imprensa os “Comunicados de Fato Relevante”, denunciando atos e fatos que podem alterar substancialmente o valor das ações no mercado.

No mercado brasileiro, do dólar flutuante, não existe lei regendo, não existe um órgão que o regulamente ou fiscalize, nem regras claras, ou pelo menos assimiláveis, a respeito de seu esdrúxulo comportamento. A única coisa que existe é a ausência absoluta e falta total de regra alguma.

No dia 20 de maio do corrente ano, concedi uma entrevista ao programa Bom Dia Santa Catarina, da RBS TV, afiliada a Rede Globo. Entre outras declarações, fiz uma crítica a Paulo Skaf, afirmação e uma denúncia. Falei que a classe empresarial precisa de um discurso uniforme em relação à política cambial, momento em que critiquei o presidente da FIESP que, naqueles dias, havia defendido uma permanência maior no exterior, dos valores auferidos com nossas exportações. Afirmar que o câmbio baixo que cria certa ilusão no consumidor é semelhante a uma conta de cheque especial ou cartão de crédito que vai ser paga por todos, indistintamente, com juros e correções, conforme já experimentamos num passado não muito remoto. Denunciei ainda que a manipulação do câmbio é praticada pelo Banco Central e não pelo mercado.

Para surpresa minha, a declaração que supunha que teria menor impacto foi a que mais repercutiu. Pensei que, como economista pouco conhecido, ao criticar o presidente da mais representativa entidade empresarial do país, seria cobrado por isso. Julguei ainda que tivesse que dar explicações por condenar a política cambial em vigor e o efeito bumerangue que ela provoca. Mas a que mais impressionou foi o fato de apontar o Banco Central como responsável pela bandida manipulação do câmbio.

Os mais incautos devem pensar que estou exagerando, pois para muitos o Banco Central do Brasil é uma instituição séria. Não é o meu pensamento e explico o porquê. Desde que assumiu, isoladamente, a gestão da moeda e do crédito no país, o Banco Central colocou o Brasil na estagnação. Em 100 meses, de 28 de fevereiro de 1986 a 30 de junho de 1994, nosso Banco Central levou-nos a sofrer cinco reformas monetárias, com corte de 12 zeros mais 27,5% do próximo. Da mesma forma o Banco Central esteve no epicentro dos planos antiinflacionários, sendo co-responsável pelo fracasso, em menos de oito anos, de sete deles, até, apenas razoável, sucesso do Plano Real.

Para os que supõem que as oscilações do dólar decorrem de ação do mercado, devemos primeiro considerar que o exportador tem mais força em nosso comércio exterior, frente aos importadores. Dentre os exportadores nenhum deles tem força suficiente para manipular o preço do dólar,

tamanha é a pulverização dos produtos e empresas envolvidos, conforme demonstrado a seguir, posição de março do corrente ano, a saber:

Produto	Percentual s/total	N.o empresas
Minérios de ferro	7,11	19
Óleos brutos de petróleo	5,12	11
Automóveis	2,93	48
Soja triturada	2,67	43
Prods. laminados planos de ferro e...	2,56	17

Merece consideração ainda, por exemplo, o fato de a maior exportadora do Brasil, a Cia. Vale do Rio Doce, ser administrada por uma equipe absolutamente profissionalizada, além da supervisão que lhe presta seu variado leque de controladores, onde figura, com significativa participação, o maior fundo de pensão da América Latina a PREVI. Não existe, dentro da racionalidade, a menor hipótese de considerar que os gestores da empresa tenham capacidade de desvalorizar o dólar, com nefastos resultados para os acionistas.

O apresentador Jô Soares afirmou em seu programa que leu na revista inglesa “The Economist” que “se alguém se propuser a entender a economia brasileira, vai ficar maluco e não vai entender nada”. O câmbio brasileiro, a única coisa que funcionava bem na economia antes do Plano Real, é um exemplo disso. De maio/2002 a abril/2003 o dólar sofreu as seguintes oscilações

Maio/2002	+ 6,47%	Novembro/2002	+ 1,52%
Junho/2002	+12,12%	Dezembro/2002	- 3,28%
Julho/2002	+18,22%	Janeiro/2003	- 0,50%
Agosto/2002	- 4,14%	Fevereiro/2003	+ 1,56%
Setembro/2002	+24,75%	Março/2003	- 6,07%
Outubro	+ 0,41%	Abril/2003	- 12,79%

Fonte: www.portalbrasil.net

As justificativas para as oscilações do dólar são as mais estapafúrdias. Em 21.02.2003 o dólar subiu 0,33% (a inflação de um mês) em virtude da suspeita de que um incêndio em uma refinaria em Nova York fosse um atentado terrorista. Em 25.02.2003 o dólar voltou a subir, desta feita em 0,47%, em virtude de um teste nuclear efetuado pela Coreia do Norte, que disparou um míssil no Mar do Japão, perto da Coreia do Sul. A Prefeitura de São Paulo efetuou uma renegociação de sua dívida junto ao Tesouro Nacional e ficou de efetuar uma amortização de R\$ 3 bilhões de reais em 01.11.2002, para garantir a taxa de juro de 6% ao ano. Caso optasse pelo não pagamento os juros passariam a 9% ao ano. Na data aprazada a Prefeitura optou pelo não pagamento, o gesto foi anunciado

como calote e o dólar subiu 3,69%. O caso mais grotesco, contudo, aconteceu em 23.09.2002, véspera da eleição presidencial, quando o dólar subiu 4,84% porque uma minoria dominante entendeu que Lula poderia vencer a eleição no primeiro turno.

Creio que a retomada do desenvolvimento do país passa pela reforma do sistema financeiro, pela volta de uma política cambial com dólar centralizado, sob uma administração decente, obviamente, mas sobretudo pela uniformização do discurso entre economistas empresários e todas as forças vias que movem o setor produtivo do país.

Espero estar contribuindo para isto oferecendo estas considerações.